

Detalhe de Oferta de Emprego

Caracterização da Oferta

Código da Oferta: OE202002/0149
Tipo Oferta: Mobilidade Interna
Estado: Activa
Nível Orgânico: Outros
Orgão / Serviço: Tribunal Constitucional
Regime: Carreiras Gerais
Carreira: Técnico Superior
Categoria: Técnico Superior
Grau de Complexidade: 3
Remuneração: 1201,48
Suplemento Mensal: 240.30 EUR
Caracterização do Posto de Trabalho: Recrutamento por mobilidade na categoria de um técnico superior jurista para a ECFP.

Requisitos de Admissão

Relação Jurídica: CTFP por tempo indeterminado

- Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica:**
- a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;
 - b) 18 anos de idade completos;
 - c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
 - d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções;
 - e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

Habilitação Literária: Licenciatura

Descrição da Habilitação Literária: Licenciatura em Direito

Grupo Área Temática	Sub-área Temática	Área Temática
Direito, Ciências Sociais e Serviços	Direito	Direito

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Tribunal Constitucional	1	Rua de "O Século", n.º 111		1249117 Lisboa	Lisboa	Lisboa

Total Postos de Trabalho: 1

Nº de Vagas/ Alterações

Formação Profissional

Outros Requisitos: Conhecimento da legislação em vigor em matéria do regime geral de contraordenações e respetivo processo;
Experiência na instrução de processos de contraordenação e na elaboração de projetos de decisão;
Conhecimentos da legislação administrativa, em especial ao nível procedimental (Código do Procedimento Administrativo) e processual (Código de Processo nos Tribunais Administrativos);
Experiência de assessoria jurídica a diversos níveis;
Aptidão para trabalhar em equipas de tamanho reduzido;
Conhecimentos informáticos na ótica do utilizador, em especial das aplicações Word e Excel.

Formalização das Candidaturas

Envio de Candidaturas para: recrutamento@tribconstitucional.pt

Contacto: Carla Nunes

Data Publicitação: 2020-02-06

Data Limite: 2020-02-20

Texto Publicado

Jornal Oficial e Orgão de Comunicação Social: Aviso n.º 2028/2020, publicado em Diário da República, 2.ª série, n.º 26, de 6 de fevereiro.

Texto Publicado em Jornal Oficial: Recrutamento por mobilidade de um Técnico Superior Jurista a afetar à Entidade das Contas e Financiamentos Políticos. Remuneração: Posição remuneratória detida no lugar de origem, até à 2.ª posição remuneratória nível 15 (€ 1.201,48). Suplemento Mensal: € 240,30, valor correspondente à posição remuneratória supra identificada. O referido suplemento está previsto no artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 545/99, de 14 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197/2015, de 16 de setembro. Relação Jurídica Exigida: CTFP por tempo indeterminado. Habilitação Literária: Licenciatura em Direito. Caracterização do Posto de Trabalho: Conhecimento da legislação em vigor em matéria do regime geral de contraordenações e respetivo processo; Experiência na instrução de processos de contraordenação e na elaboração de projetos de decisão; Conhecimentos da legislação administrativa, em especial ao nível procedimental (Código do Procedimento Administrativo) e processual (Código de Processo nos Tribunais Administrativos); Experiência de assessoria jurídica a diversos níveis; Aptidão para trabalhar em equipas de tamanho reduzido; Conhecimentos informáticos na ótica do utilizador, em especial das aplicações Word e Excel. Observações: Método de seleção: Avaliação curricular complementada com entrevista. Apenas serão convocados/as para a realização de entrevista os/as candidatos/as cujo curriculum vitae tenha sido objeto de avaliação mais favorável. As candidaturas deverão ser obrigatoriamente instruídas com o curriculum vitae detalhado, datado e assinado e com declaração emitida pela entidade empregadora relativa à relação jurídica de emprego público detida e às funções que exerce, bem como certificado de habilitações literárias e certificados de formação, sem prejuízo de quaisquer outros elementos que o/a candidato/a entenda serem relevantes para apreciação do seu mérito. No requerimento de candidatura devem constar os seguintes elementos: nome, naturalidade, data de nascimento, habilitações literárias, modalidade da relação jurídica de emprego público e serviço/organismo a que pertence, categoria detida, posição remuneratória e vencimento, morada, código postal, endereço eletrónico, telefone de contacto e identificação da presente oferta de emprego. Envio de candidaturas para: recrutamento@tribconstitucional.pt ou para o Tribunal Constitucional sito na Rua de "O Século", n.º 111, 1249-117 Lisboa. Data limite para a apresentação de candidaturas: dez dias úteis após a publicação do presente aviso em Diário da República.

Observações

O júri de seleção será composto por:

Membros efetivos - José Eduardo Figueiredo Dias, Presidente da ECFP; Mariana Oliveira Paixão e Carla Curado Correia Cardoso, Vogais da ECFP.

Membros suplentes - Olímpia Ribeiro e Luísa Serras, técnicas superiores na ECFP.
